

Henrique Cunha Junior

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT – 02- Afroamericanidades

BAIRROS NEGROS UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO ENSINO
DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO.

Belém, Pará

2021

BAIRROS NEGROS UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO ENSINO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Henrique Cunha Junior

RESUMO: Bairros é um conceito demarcatório da existência de populações negras no espaço urbano das cidades brasileiras. Trata-se também de um resgate da importância dessas populações na sociedade brasileira. A existência de populações negras e dos direitos dessa população foi negligenciada na história da república e da educação republicana no Brasil. Os ideais de modernidade republicanos foram marcados pelo suporte a imigração, principalmente europeia, e pela desqualificação sistemática da cultura e da população negra. Fundiram-se na elite dominante brasileira dois pensamentos o eurocentrismo europeu e o branco-centrismo brasileiro. Sendo que estas posturas se disseminaram na população e na educação brasileira. A síntese desses processos ideológicos e as suas práticas sociais é hoje expresso pelo conceito de racismo antinegro estrutural. Embora as discussões sobre racismo antinegro estrutural sejam ainda pouco disseminadas o ensino de sociologia tem minimamente iniciado. Fazendo ainda muita confusão de conceitos entre preconceitos, discriminações e racismo antinegro. Entretanto, a vida da população implica em demais contextos apesar do racismo antinegro estrutural como a cultura realizada pela população negra e os demais significados das relações sociais. Sendo assim o conceito de bairros negros amplia a representação dos temas necessários para o ensino de sociologia na sociedade brasileira. No artigo proposto nesse resumo explicitamos a necessidade do entendimento do conceito de bairros negros no sistema educacional brasileiro e a problemática do desenvolvimento curricular e pedagógico do conceito.

INTRODUÇÃO AO TEMA

A base conceitual das pesquisas que embaçam este artigo é referente às africanidades e afrodescendências na educação brasileira (CUNHA JUNIOR, 2001). Na introdução dos conceitos de africanidade e afrodescendência se discutiu através da década de 1990 a necessidade do referencial conceitual sobre a população negra no trato das temáticas da educação dentro de uma perspectiva que contemple as origens africanas do povo brasileiro e a história dos afrodescendentes. No artigo de 2001 são explicitadas as 1 Universidade Federal do Ceará - UFC, Doutor, população negra, masculino, Fortaleza – CE. definições de africanidade, afrodescendência e a relação destas com os temas educacionais. Sendo ações do campo da educação que precedem a lei de 2003 que obriga o ensino relativo aos temas de interesse da população negra. No ensino voltado para a população negra, cumprido a lei 10639 de 2003, uma das estratégias é o uso do patrimônio histórico da população negra (MARTINS; SANTOS JUNIOR, 2017). Dentro da sociologia urbana a problemática conceitual sobre populações negras foi levantada por Maria Nilza da Silva (SILVA, 2004), quanto aos direitos sociais da população e a produção da cidade. Da mesma forma que o tema se desenvolveu na educação foi realizado na sociologia urbana. O conceito de bairros negros foi produzido como forma de inscrição das populações nas cidades brasileiras e na educação brasileira (CUNHA JUNIOR, 2019), (PAVENTO, 2005). O conceito de bairros negros foi formulado com base na complexidade sistêmica de base africana e da transdisciplinaridade (CUNHA JUNIOR, 2020). A complexidade sistêmica e a transdisciplinaridade são paradigmas resentes das ciências humanas e visaram à superação da ciência cartesiana e eurocêntrica da modernidade europeia. O artigo aborda a necessidade de inscrição das populações negras no pensamento educacional, as decorrências da militância dos movimentos negros e as transformações da pesquisa educacional e do ensino em favor das populações negras. Caracteriza experiências de educação no ensino da sociologia e da história com base nas experiências sociais da população negra. Critica severamente o uso do modelo da casa grande e da senzala no ensino de sociologia ainda vigentes no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2014) e propõe a utilização do conceito de “Bairros negros” como paradigma para educação brasileira. O direito a cidade e o direito a educação de qualidade para as populações negras justificam o artigo e a abordagem nele desenvolvida.

OBJETIVOS

Objetivos das pesquisas que subsidiam este artigo foram a desenvolvimento de praticas educacionais e currículos da educação que atendam os temas de interesse da população negra (SANTOS, 2020) ,(SILVA, 2018), (SOUSA, 2015) (OLIVEIRA, 2016), (YADE, 2015). Os conceitos de educação universal e da existência da democracia racial brasileira impediram durante o século passado o tratamento da especificidade das populações negras na educação brasileira. A inscrição das populações negra como sujeitos de direito na educação brasileira demandou, e ainda demanda, transformações conceituais e prática da educação brasileira. A educação para população negra e a partir das necessidades existências e matérias dessa população foi o objeto de um conjunto de pesquisas que geram a exposição desse artigo. APORTE

CONCEITUAL- METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa afrodescendente vem sendo utilizada dentro de um modelo de ciência que rompe com o modelo cartesiano de teoria e pratica, onde a teoria é pré-requisito para a prática de pesquisa, onde o pesquisador tem uma teórica e um objeto de pesquisa (SANTOS, 2020), (SILVA, 2018), (SOUSA, 2015), (OLIVEIRA, 2016),(YADE, 2015). A metodologia da pesquisa afrodescendente é uma pesquisa de natureza empírica e da produção de conceitos a partir da realidade a ser trabalhada. O método pressupõe pesquisadores que vivenciaram o tema das suas pesquisas, e produziram a problemática em estudo com base nas suas vivências. São pesquisas desenvolvida por pesquisadoras e pesquisadores dentro das suas realidades de vida e como pesquisa participante. Dentro da relação sujeito de pesquisa, o tema, e sujeito pesquisador. As pesquisas são sobre a educação em territórios de maioria afrodescendentes. Sendo que para as pesquisas foi elaborada um feixe de conceitos que sujeitos de pesquisa transformam ou elaboram outros na relação com o sujeito pesquisado.

O CONCEITO DE RACISMO ANTINEGRO E ESTRUTURAL NO BRASIL

O conceito de racismo antinegro estrutural no Brasil pode ser compreendido como um sistema de dominação e de continuidade dos poderes e privilégios da população branca sobre a população negra na substituição do escravismo criminoso, forma antiga, pelo capitalismo racista. Racismo contra a população negra como sistema estrutural foi definido primeiro por Clovis Moura na década de 1970, depois reutilizado por mim nos inícios dos anos 2000 (CUNHA JUNIOR, 2008 / 2005) e redefinido por Silvio Humberto em 2018 (ALMEIDA, 2018).

Vamos definir o racismo como um sistema de dominação entre grupos sociais baseado na desqualificação e na limitação sistemática das possibilidades de equidade social sobre de um dos grupos sociais dentro de uma sociedade. Nesta definição esta implícita os problemas de formas coletivas de relações entre grupos sociais, no entanto também tem de importância as formas individuais e interpessoais de relações sociais. Merece destaque que racismo não se caracteriza apenas por práticas isoladas, correspondo principalmente a um exercício contínuo de práticas orquestradas por um conjunto colaborativo e inter-relacionados de praticas sociais, naturalizadas e ideologizadas, que desqualificam, reprimem e inibem a plena participação de um determinado grupo social nos benefícios existentes na sociedade. Estamos procurando entender as relações entre grupos populacionais, entre conjuntos de população participantes de uma mesma historia e com certo grau de identidade, dados ou formados na estrutura social.

Trata-se uma forma de conflito entre os grupos sociais, como forma de maximização do poder político, social, econômico e cultural. A denominação de racismo na exposição independe do reconhecimento ou não da existência de raças humanas, trata-se de racismo sem definição de raças, mas resultante dos atributos ideológicos sobre eles pensados e executados. A raça é uma construção científica que produz a possibilidades de ideologias e dominações sobre os grupos humanos, sobre populações com origens e papeis sociais semelhantes. No caso brasileiro as origens de africanos e de escravizados fundem o papel sobre o qual operam os conceitos de dominação e produzem as desigualdades sociais, política, econômicas entre os grupos em questão. Estamos que conceituando que para haver racismo não precisa existir raça e

nem trabalharmos com conceitos raciais para compreensão dos fenômenos da sociedade. Pelo contrário a utilização dos conceitos de raça social ou biológica e de critérios raciais obscurece a amplitude dos fenômenos de dominação sobre os quais procuramos entender a formação histórica, social, econômica e política do Brasil, tendo em conta a população negra e suas relações com as populações indígenas e brancas. A história do Brasil é baseada no sistema de produção do escravismo criminoso, sistema de extremo exercício da violência, práticas das relações de poder e dominação que a história oficial brasileira tende a minimizar e tratar de forma assistemática quanto a gravidade, amplitude espacial e temporal, e quanto as consequências sociais do passado sobre o presente.

No Brasil a hegemonia do grupo social branco, que se beneficiou do escravismo criminoso e que até hoje se beneficia dos resultados deste sistema passado, pela herança econômica e social, procura encobrir na história as dimensões e consequências do sistema. Existe no Brasil o mito que nosso escravismo criminoso não foi tão forte e nem tão devastador. Que teria havido “uma certa” concordância entre as partes e que a população negra aceitou o escravismo criminoso. Que devido a miscigenação entre as raças o nosso escravismo foi ameno. As explicações presentes na nossa história oficial são parte de uma ideologia de justificação do injustificável. Escravismo é crime e é um sistema baseado na violência e na extrema injustiça. Não existe escravismo criminoso ameno. Os escravizados eram trazidos acorrentados e tratados com máxima violência e constantemente mortos ou ameaçados de morte quando houvesse alguma rebeldia.

Devemos alertar que o mundo presenciou diversas formas de racismos contra diversos grupos na sociedade e tem com fonte finalidades e construções diversas e que embora sinalizadas na mesma palavra sem contudo terem as mesmas características, amplitudes e consequências no âmbito das sociedades. Portanto estamos falando do caso específico do racismo brasileiro onde as populações negras são controladas historicamente pelas populações brancas através de um conjunto de práticas sociais criminosas. Foram controles sociais, políticos e ideológicos que utilizam de diversas formas ações, combinando da imposição de coação física as morais e ideológicas. As coações físicas estão ligadas as segregações espaciais de habitação, aos meios de violência policial, as deturpações sobre os corpos negros. Os campos morais e indiretos trabalham com as depreciações das culturas negras e com a desqualificação social

constante de tudo que relação com a população negra. O sistema que produziu o escravismo criminoso, foi modificado como a abolição da escravatura, sem contudo alterar os processos de dominação.

Uma das marcas presentes do racismo antinegro institucionalizado estas na dificuldade e conseguirmos a implantação da lei 10.639 no sistema educacional. As restrições passam com visto como desnecessário, irrelevante, mesmo importante, sem condições operacionais e toda sorte de justificação sórdida que inibe o cumprimento da lei.

As contradições existentes entre os grupos populacionais na sociedade brasileira se desenvolve de maneira nitidamente diferente dos fenômenos europeus nestes últimos 500 anos. Devido ao fato da história da nossa colonização ter sido produzida sobre a forma de escravismo criminoso, existindo a particularidade do grupo trabalhador e subalterno ser constituído fundamentalmente por africanos e afrodescendentes e o grupo dirigente e escravizador criminoso ser constituído de forma majoritária por europeus e seus descendentes. Formou-se um conflito de base opondo africanos escravizados e europeus escravizadores criminosos. Conflito social que ao longo da história apresentou muitas nuances, sendo contudo produto de uma estrutura particular de relações sociais que persiste até o presente como modificações pouco significativas nas suas praticas.

O problema fundamental é da existência através de séculos de desigualdades sociais estruturais entre as populações negras e brancas. Temos como propostas entender o problema tendo como base as relações sócias, culturais, politicas e econômicas de forma conjunta e sistema, pensando a complexidade e a contribuição sinérgicas destes fatores. Denominamos, portanto racismo anti negro a combinação de fatores estruturais que implicam na produção e na manutenção das desigualdades persistentes entre os coletivos populacionais negros e brancos.

Racismo anti negro é o sistema de dominação que matem as desigualdades sociais entre as populações negras e brancas. A história do Brasil implica numa politica na hierarquia e de desigualdades entre escravizados e escravizadores criminosos, como continuidade entre os seus descendentes. Reproduz uma das formas do que podemos pensar com a estrutura da dominação ocidental.

Os processos de dominação, no período escravismo criminoso colonial, funcionou tendo como diferença fundamental os povos cristianizados e não cristianizados, depois, como africanos e europeus e por último com povos de culturas, tecnologias e intelectos considerados como inferiores e superiores, como forma fenotípicas e culturais. Estamos neste ultima fase circunscrevendo o racismo anti negro as sociedade republicana e a modernidade ocidental praticas na sociedade brasileira.

BAIRROS NEGROS ESPACIALIZAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL ANTINEGRO.

Bairros negros são lugares físicos - conceituais para repensarmos o urbanismo brasileiro e as relações sociais brasileiras a partir da constituição das cidades formadas dentro da nossa realidade histórica. Lugar físico, pois é o real, são lugares onde habitam populações de pretos e pardos segundos os conceitos do IBGE e que designamos como negros. O lugar onde residem os herdeiros despossuídos do passado escravista criminoso, inseridos nos processos de urbanização brasileira do período do pós-abolição e vivendo a materialização do capitalismo racista. São lugares produzidos pelas relações entre populações negras e brancas dentro de uma estrutura racista e capitalista. São lugares conceituais visto que permite uma elaboração de modelos de análise para explicar a vida da população negra dentro de territórios negros, produzindo cultura negra, cerceados pelo racismo antinegro.

Bairros negros são lugares de formação de patrimônio cultura material e imaterial que orientam a produção de identidades negras. São territórios de reivindicação da cidadania e de redistribuição dos resultados da produção social pelas formas de urbanização da cidade. São lugares onde um conjunto de instituições organizam a ocupação do solo urbano e a produção das desigualdades nas cidades brasileiras baseados em premissas de dominação ocidental. As desigualdades sociais são organizadas e construídas na arquitetura das cidades, na distribuição de códigos de construção e legalização do uso do solo e de onde se estabelecem as moradias e de como o direito sobre elas é exercida pelos moradores e interpretada pelos poderes públicos (YADE, 2015).

Embora que nas décadas de 1970 as práticas da atuação política dos movimentos negros dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul já eram de reconhecimento dos Bairros Negros a literatura acadêmica brasileira demorou muito em assimilar como modelo conceitual-teórico, como proposta epistemológica. O conceito de Bairros Negros se tornou sempre polêmico porque institui a necessidade e a possibilidade de pensarmos as populações negras dentro do direito as cidades e como especificidade que foge aos conceitos de universalidade eurocêntrica hegemônica, rompe com a generalidade em definir as populações negras como apenas populações pobres, classes populares ou de povo sofrido. Tal conceito, uma vez admitido, insere a população negra de forma específica nas discussões do urbanismo e das ideias urbanas, como também das relações sociais na sociedade brasileira. Entendam que população negra é um conjunto populacional como conceito, mas que possui no seu interior uma diversidade de característica. A população mora em bairros e neste constroem as suas vidas e seus patrimônios culturais e de identidades.

A ausência de infraestrutura nos bairros negros é parte do controle social sobre as populações negras, pois produz a desigualdades sociais e as condições difíceis de vida. Estas condições difíceis não são resultado da pobreza população, pois a infraestrutura dos bairros ricos é produzida pelo estado, portanto, são problemas de ordem política e cultural e não apenas econômica como as ideologias as apresentam. Não se trata apenas de um resultado das relações de trabalho, da ordem capitalista, mas também das relações sociais entre populações negras e populações brancas mediadas pelas o racismo antinegro praticado pelas instituições do estado e dos municípios. A falta da infraestrutura de lazer e cultura cria desconforto e prejudica a saúde mental. A falta da infraestrutura de comercio produz a dependência do comercio dos bairros brancos e o comércio informal nos bairros negros gestando problema econômicos e de emprego. A dominação da população negra através do espaço urbano é processo complexo, contendo múltiplas característica somadas, de sutilezas, descasos, violências, legislações, formulações de gestão pública articulados e organizados e mesmo justificado pelo pensamento científico como não racistas.

Apesar do fato do racismo antinegro ser especializado na produção dos bairros negros como parte da conformação urbana, dos diálogos entre as partes das cidades

formais e informais, das legalizadas e ilegalizadas, a natureza do processo se esconde como ideologia se explica, sempre justificando o injustificável como sendo uma relação de renda e de poder aquisitivo, e não como parte do racismo antinegro. Porque o racismo antinegro é negado como existente ou negado como importante para compreensão do sistema que produz as desigualdades sociais (às vezes admitido como existente e apenas classificado como um problema apenas de ordem moral e ético das relações interpessoais, como parte da diversidade de preconceitos existentes na sociedade), não é pensado como estrutural as relações sociais da formação histórica do Brasil e menos ainda como cristalizado no espaço urbano pela forma urbana que conforma as cidades e segrega os privilégios e difunde as dificuldades. Também é necessário não confundir e nem generalizar a história do urbanismo nas Américas racistas na formação histórica da Europa, que é também racistas nas suas conjunturas no entanto produzindo uma história de resultados diferentes.

Bairros negros são lugares físicos reais, são lugares conceituais, parte da nossa reflexão e proposição de como entende a produção da situação da população através na formação da cidade. No entanto, bairros negros permanecem como um lugar fora das ideais acadêmicas, fora dos conceitos urbanos trabalhos pelo urbanismo brasileiro atual (CUNHA JUNIOR, 2016).

IDENTIDADE NEGRA.

Identidade de Populações Negras e Identidade de Pessoas Negras são conceitos que sintetizam os qualificadores de identidades coletivas e de identidades individuais. Vamos tomar a produção das identidades individuais e coletivas a partir da filosofia africana. Remetendo a noção de Muntu nas sociedades Bantu onde os seres humanos são considerados pessoas dentro das sociedades devido aos processos de socialização (CUNHA JUNIOR, 2010). Portanto as pessoas são Muntu em decorrência da relação com o meio ambiente, os territórios e o coletivo de pessoas. A pessoa é decorrente das relações sociais produzidas ao longo da sua história em constantes transformações e do ambiente que se encontra inserida.

A noção africana não é uma relação do eu e o outro, ou do eu e a natureza, é relativas aos seres da natureza, animados de voz ou não. A relação é sistêmica coletiva decorrente de todas as interações (CUNHA JUNIOR, 2010). Vamos tomar a identidade

para a situação da população negra no mesmo sentido da constituição dos seres humanos no seu conjunto, produtos das relações entre os seres humanos, dos seres humanos com a localidade, da iteração de seres habitantes de um território. Vamos definir a identidade como o sentimento de existir e de pertencer a um conjunto social. A identidade negra, individual ou coletiva, é a noção de existir e pertencer a um conjunto populacional na sociedade. Trata-se de uma noção em constante transformação, onde a identidade pode ser consciente ou não, reivindicada ou não, no entanto todas as pessoas possuem fatores os constituem como seres humanos, e estes fatores produzem as identidades (MARIOSIA, 2016).

O racismo antinegro na sociedade é um dos fatores estruturais que condiciona parte da formação da existência da população negra. Não é o único, mas é um dos fatores que todos nós temos em comum. Na sociedade brasileira, conscientes ou não do racismo antinegro, todos os seres negros vivem na sua formação na sociedade as consequências do racismo. Fatores culturais, educacionais, de moradia e de condições de vida e de relações sociais, profissionais, regionais e ambientais também compõe a identidade. No meio urbano os bairros negros condicionam em grande proporção a formação da identidade da população negra. A identidade é formada e transformada no ciclo de vida, na relação tempo e espaço, processando as vivências dos indivíduos e tendo o meio cultural constituindo parte do processo onde absorvemos a cultura de maneira consciente e, também, inconsciente.

As identidades são dinâmicas, são sempre adaptações aos tempos e lugares históricos. A identidade é a intimidade com os patrimônios culturais, materiais e imateriais, deles imana a noção de pertencimento, posse, ou apropriação de grupo social. Traduz o sentimento de fazer parte de um lugar, de uma memória lembrada e reavivada, de uma população e de um povo, e esse lugar produz vários dos sentidos da vida de uma pessoa e dela dentro de um grupo social. A existência da identidade é um fator de síntese histórica de cada indivíduo e da sua comunidade. A identidade não deve ser confundida com a reivindicação política da sua expressão ou do respeito provido pela cidadania a sua existência, manifestação e proteção. A identidade é parte do ser e estar em determinado lugar, espaço social, político, econômico e cultural, em um determinado tempo, e das relações objetivas e subjetivas estabelecidas com este lugar e com as pessoas desse lugar e com a sociedade circundante.

Existem e persistem fortíssimas contestação das identidades negras devido ao fato de o reconhecimento da existência nas democracias liberais confere direitos. Uma estratégia da negação de direitos é a negação das identidades. Outro problema de ordem política é que o reconhecimento de identidades diversas implica no reconhecimento de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos diversos o que torna complexa a gestão democrática e também o processo de lutas sociais. As hegemonias culturais e sociais (principalmente a hegemonia ocidental) são contestadas pela existência das diversas identidades.

Durante muito tempo vigorou a existência de uma história universal, de uma cultura universal e de direitos universais. Que eram a apenas ideais produtos da dominação ocidental sobre um conjunto povos e de populações. Entre a intelectualidade europeia a sensação de perda do poder intelectual sobre os povos levou a duas correntes de reorganização da dominação ocidental de forma mais branda. Estabelece-se o conceito de identificação móvel e provisória, somos mutantes sem identidades em razão que as identidades fixas não existem. Parece trata-se de um movimento de “identidade pós – moderna”, vivendo a denominada crise da modernidade, que é principalmente a crise do poder de mando ocidental, procurando estabelecer uma nova ideologia de dominação. De forma paralela surge o conceito de entremeios ou entre lugares. Uma teoria de pertencimento à dois mundos dispares, que de certa forma atenua a existência de identidades. Parece também tratar-se de um movimento de “identidade subordinada” com um alto grau de sofisticação intelectual da declaração de subordinação ao mundo europeu.

PATRIMONIOS CULTURAIS.

Patrimônios culturais são produtos da cultura material e imaterial que tem significado afetivo ou de formação da identidade coletiva de uma população (MARTINS; SANTOS JUNIOR, 2017). Tudo o que faz parte do cotidiano das pessoas de uma determinada localidade passa a fazer parte da memória coletiva e repercute na formação da identidade cultural (MARIOSIA, 2007), (SANTOS, 2020). Patrimônios culturais são bens culturais que se tornaram significativos para a vida e para os hábitos da população de um lugar (SILVA, 2018).

Os bairros negros são lugares de memória da população e contem a cultura negra desenvolvida pela população. Portanto os bairros negros são ao mesmo tempo lugares de memória e de vida da população e constituem parte do patrimônio cultura da população que neles vivem. No sentido de patrimônio cultural da população negra que os bairros negros devem ser abordados na educação básica. As relações sociais estabelecidas nos bairros negros são as bases para as ciências humanas sobre e desses lugares e em particular para a sociologia (PESAVENTO, 2005).

CONCLUSÕES

O uso do conceito de bairros negros na educação e dos patrimônios culturais da população negra tem despertado grande interesse principalmente da juventude negra, parcela da população que em grande parte não acredita mais na educação e não enxerga possibilidades de auto inscrição nas formas tradicionais que a educação brasileira tem se processado. A maioria da população brasileira é urbana e uma parcela significativa vive em bairros negros, sendo a educação brasileira geralmente, com raras exceções, ignora a existência dessas populações, das nossas problemas existências, sociais e materiais. Bairros de maioria populacional negra é uma forte realidade e, portanto a educação ignorando a existência dessa população reproduz um ensino de explicação das relações sociais desconectado da realidade. O uso conceito de bairros negros e o desenvolvimento dele relativo a cada localidade tem se configurado numa estratégia de motivação e interesse de parte das alunas e dos alunos, principalmente nas disciplinas de ciências humanas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BATISTA, Rita de Cássia Souza Félix Batista. Clubes Sociais Negros: lugares de memória e identidade. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras. *Política Democrática* (Brasília), v. VII, p. 118-127, 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Os Negros Não Se Deixaram Escravizar: Temas para as aulas de história dos Afrodescendentes. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, v. 69, p. 1-10, 2007.

CUNHA JUNIOR, Henrique. História e Cultura Africana e os Elementos para uma Organização Curricular. *Temas em Educação*, v. 14, p. 153-185, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, Afrodescendência e Educação. *Educação em Debate* (UFC), Fortaleza, v. 2, n.23, p. 5-15, 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Novos Caminhos para os Movimentos Negros. *Política Democrática* (Brasília), Brasília, v. 12, p. 98-106, 2005.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Bairros Negros: A Forma Urbana das Populações Negras no Brasil. *Revista ABPN*, v. 11, p. 65-86, 2019.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Críticas ao pensamento das senzalas e da casa grande. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 13, p. 11-16-11, 2014.

DOMINGUES, Reginaldo Ferreira Domingues. *Religiões Tradicionais de Base Africana no Cariri Cearense: Educação, Filosofia e Movimento Sociais*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2015.

MARIOSIA, Gilmar Santos. *Memória e representações sociais de práticas religiosas de matriz africana*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 2007.

MARTINS, Alessandra Ribeiro; SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano – um estudo de caso. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 68, p. 32-49, dez. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. *Cadernos do Lepaarq*, v. 2, n. 4, ago.-dez. 2005.

SANTOS, Marlene Pereira dos Santos. TECENDO AFRICANIDADES COMO PARÂMETROS PARA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E DO CAMPO. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2020.

SILVA, Renata Aquino da Silva. Afroinscrições Negras em Petrópolis - Historia Urbana, Memória e Territorialidade. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2018.

SILVA, Maria Nilza da Silva. NEM PARA TODOS É A CIDADE: SEGREGAÇÃO URBANA E RACIAL EM SÃO PAULO,. PUC – SP. 2004

SOUSA, Kássia Mota de Sousa. Por Onde Andou Nossa Família: Veredas e Narrativas da História de Famílias Afrodescendentes no Pós-abolição. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2015.

OLIVEIRA, Alessandra Flávia Bezerra de Oliveira. Feira Livre de Bodocó Como Espaço Educativo em Relação as Africanidades Bodocoenses. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2016.

YADE, Juliana de Souza Mavoungou Yade. Vozes e Territorialidades no Pós-Abolição: histórias de famílias e resistência identitária. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. 2015.